

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/8322</b>	<b>11999/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>GVAB - VERAÇÃO ALTINO BESSA - GABINETE</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

**Assunto: APOIO FINANCEIRO - CRIAÇÃO PERCURSO PEDESTRES - Freguesia de PALMEIRA**

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;



Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Freguesia de **PALMEIRA**, solicitou o apoio desta Câmara Municipal para concretização de percurso pedestre na freguesia, apresentando os respetivos custos dessa operação.

Considerando que nos últimos anos, assiste-se, entre a população, a um fenómeno de busca do reequilíbrio da vida humana com a sua condição natural, e, paralelamente a uma maior apetência para a fruição do território, e dessa forma, os percursos pedestres devem ser vistos como uma realidade multidimensional e devem ser criados tendo em conta as potencialidades locais, dando ênfase a aspetos da identidade local, valorizando o património ambiental e natural das freguesias do concelho.

Considerando que a rede de percursos pedestres do concelho envolve todas as freguesias, num total de mais de 26 percursos definidos em cerca de 280km de extensão, com 194 pontos de interesse patrimonial, 174 pontos de interesse ambiental e 27 parques verdes e de merendas associados aos diversos traçados.

## **PROPÕEM-SE**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de PALMEIRA no valor de 9 462,70€ (nove mil e quatrocentos e sessenta e dois euros e setenta cêntimos).**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **PALMEIRA**.

## **DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

